

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS ENTRE O DIREITO E A PRIVATIZAÇÃO¹

Iasmin Costa dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Email: iasminandrade1947@gmail.com

Beatriz Bernardo Silva

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Email: bbsilva@uesc.br

Emilia Peixoto Vieira

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Email: emilcarl28@hotmail.com

Isac Pimentel Guimarães

Universidade Estadual de Santa Cruz.

Email: ipguimaraes@uesc.br

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado. Para a Educação Infantil (EI), somente com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2007, que esta etapa de ensino conquistou o seu espaço de direito no Financiamento da Educação Básica, após muitas reivindicações dos movimentos sociais. Diante desse contexto, esta pesquisa analisa as produções acadêmicas dos (as) pesquisadores (as) sobre o FUNDEB na EI na Revista FINEDUCA – periódico editado pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, com relevância e impacto para as pesquisas acadêmicas.

A metodologia trata-se de uma abordagem qualitativa, de pesquisa bibliográfica e natureza exploratória, tendo como procedimento a análise das publicações que discutem o financiamento da EI na Revista FINEDUCA entre 2011 a 2023, período em que foi criada a revista até o ano de realização da presente pesquisa.

A efetivação dessa pesquisa consistiu-se em três procedimentos: (1) mapear as publicações do periódico FINEDUCA que discutem a temática do Fundeb na EI, no período 2011 a 2023; (2) identificar nas produções acadêmicas coletadas, os debates sobre

¹ Esta pesquisa é financiada pelas agências ICB/UESC-CNPq.

o acesso e permanência na EI e (3) analisar o debate sobre o Fundeb e a relação com o acesso e permanência na EI.

DESENVOLVIMENTO

Os resultados da pesquisa evidenciam que o número de publicações aumentou significativamente com a aprovação do FUNDEB Permanente em 2020, demarcando as disputas entre o público e o privado no campo do financiamento da educação brasileira.

Para tanto, obtivemos como resultado 25 publicações que discutem o FUNDEB e o Acesso e Permanência na EI, no qual realizamos a análise e discussão dessas publicações. Para maior compreensão, as categorizamos de acordo com seu respectivo ano de publicação, autoria, título da obra e temática a qual discutem. Ao mesmo tempo, para a realização da análise, realizamos o processo de exclusão com as publicações que não discutem o Financiamento da EI.

O Gráfico 1 tem como objetivo evidenciar uma das etapas do processo de categorização dos dados, na qual realizamos a organização das informações coletadas conforme o ano de sua publicação. Essa abordagem permite uma visualização mais clara e estruturada, facilitando a compreensão temporal da evolução dos dados ao longo dos anos. Ao segmentar as informações dessa maneira, buscamos oferecer uma análise mais aprofundada e contextualizada, possibilitando uma interpretação mais precisa das tendências e padrões observados.

Gráfico 1: Publicações que discutem o Fundeb e o Acesso e Permanência na EI



Fonte: Santos (2024).

Como é apresentado pelo o Gráfico 1, os anos de 2012, 2013, 2014, 2017, 2018 e 2019 não possuem publicações referentes ao FUNDEB e Acesso e Permanência na EI.

Em 2011, constatou-se apenas uma produção (Uma Análise das Fontes de Receita, dos Gastos e do Padrão de Atendimento de uma Instituição de Educação Infantil Filantrópica na Cidade de Ribeirão Preto), tendo como autoria Silmara Teixeira Pereira e José Marcelino de Rezende Pinto (USP). Sobre os recursos públicos financeiros destinados à EI, Pereira e Pinto (2011, p.6), afirmam que os recursos governamentais ainda são insuficientes para suprir com os gastos públicos, tendo como consequência a privatização da Educação.

Sob grande repercussão do Plano Nacional de Educação (PNE), tendo seu prazo de vigência do ano de 2014 a 2024, nos anos de 2015 e 2016 houve um aumento simbólico referente as publicações que discutiam a Meta 1 do PNE, que são elas: “Assistência Financeira da União nas redes públicas municipais de ensino de Araranguá e Balneário Arroio da Silva”; “Demanda, financiamento e Ministério Público: conflitos em torno da oferta da Educação Infantil no município de Araucária”; “A ação do Brasil Carinhoso como estratégia de expansão da oferta e redução da desigualdade educacional na creche” e; “As creches conveniadas em São Paulo: quais os reais motivos dessa opção política”. Sobre a Meta 1 Feldman (2016) afirma que:

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) tem como sua primeira meta a universalização do atendimento das crianças de quatro e cinco anos até 2016, seguindo a determinação da Emenda Constitucional no 59 de 2009 (BRASIL, 2009), bem como 50% de atendimento em creche para as crianças de zero a três até o final da vigência do plano, em 2024. [...]. (Feldman, 2016,p. *apud* dos Santos, 2024, p. 19)

O ano de 2020 foi marcado por dois grandes eventos que impactaram a educação, foram eles a aprovação do Fundeb permanente e a Pandemia da Covid-19, no qual, essa pandemia trouxe graves danos principalmente para o âmbito educacional. Foram identificados 3 artigos (“Repercussão do FUNDEB no acesso a oferta da educação Infantil: um estudo de caso”; “Educação Infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional com a aprovação do FUNDEB?” e; “A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica”), que discutem o custo da EI e o FUNDEB, assim como redução das matrículas devido as instituições privadas e os impactos da desigualdade social, econômica e racial para o cumprimento da Meta 1 do PNE/2014.

Já em 2021, as cinco publicações (“Os recursos direcionados as crianças de 0 a 5 anos de idade no contexto do FUNDEB em João Pessoa”; “O processo de privatização da Educação Infantil no âmbito do Fundeb”; “A privatização dos recursos educacionais através das Escolas Confessionais: uma análise das Cáritas de Rondonópolis/MT”; “O Financiamento da Educação das Crianças de 0 a 3 anos no Município de São Gonçalo/RJ: limites e tensões entre o público e o privado”; “Estratégias de privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências”), trazem importantes discussões que buscam denunciar os descaso como Financiamento da EI, no qual, fruto das políticas neoliberais, que buscava se abster do custo com a Educação, deixando-nos à mercê das grandes empresas.

Foram entre os anos de 2022 e 2023 que a Revista FINEDUCA apresentou um expressivo avanço nas suas publicações concernente ao financiamento da EI, dos 12 artigos encontrados, apenas 1 (“Creches Conveniadas e Compra de Vagas na Cidade de São Paulo”) discute a privatização da EI, as 11 produções restantes discutem o Fundeb Permanente e a EI.

CONSIDERAÇÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a EI enfrenta desafios estruturais desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere à oferta com qualidade e ao financiamento adequado para atender às demandas dessa etapa da educação.

O levantamento realizado na Revista FINEDUCA revelou que as principais preocupações dos pesquisadores sobre o financiamento da EI persistem, mesmo após sua inserção na Política de Fundo Contábil para a Educação. Essas inquietações estão relacionadas, sobretudo, à distribuição dos recursos financeiros, que não considera de maneira equitativa das desigualdades regionais, as disparidades raciais e socioeconômicas, além dos impactos da privatização.

Outro resultado pertinente da pesquisa foi a ausência de estudos direcionados à EI no período de 2012 a 2014, o que indica uma lacuna na produção acadêmica sobre o tema nesse intervalo. Em contrapartida, observou-se um aumento expressivo nas publicações em 2022, engajado pelo debate sobre a implementação do FUNDEB Permanente e suas

implicações para o financiamento da EI nos municípios. Esse crescimento sugere um avanço na discussão sobre políticas de financiamento educacional, mas também reforça a necessidade de ampliação e continuidade dessas pesquisas.

Por fim, ressalta-se que, apesar dos avanços, a produção científica sobre o financiamento da EI ainda é escassa. É fundamental que novas pesquisas sejam desenvolvidas para aprofundar esse assunto, subsidiando políticas públicas mais eficazes e fortalecendo a luta pelos direitos da EI, que, historicamente, enfrenta desafios em sua consolidação como uma etapa essencial da educação básica.

O estímulo à produção acadêmica sobre o tema é um passo crucial para assegurar que a EI seja devidamente reconhecida e financiada, garantindo a efetividade da lei, com o acesso universal e a permanência das crianças em um ambiente educacional de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05 de fevereiro de 2025.

SANTOS, I. C. dos. A Educação se inicia no berço: uma análise do Financiamento da Educação Infantil. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, p.19, 2024

PEREIRA, S. T.; PINTO, J. M. de R. Uma Análise das Fontes de Receita, dos Gastos e do Padrão de Atendimento de uma Instituição de Educação Infantil Filantrópica na Cidade de Ribeirão Preto. FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 1, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/36351>. Acesso em: 21 de outubro de 2024. Sugestão de inserção de Feldman (2016), nas referências.